

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N.º DE 2008 (DO SR. ADÃO PRETTO)

Solicita que sejam convidados o senhor José Francisco Mallmann, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o Coronel Paulo Roberto Mendes, Comandante Geral da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, o Secretário Nacional de Segurança Pública Senhor Ricardo Ballestreri, e o Senhor Paulo Vanucci, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos para comparecer a esta Comissão a fim de discutir a situação da segurança pública do Estado/RS.

Senhor Presidente,

Nos termos do art 24 parágrafo XVI do regimento , requeiro a Vossa Excelência, ouvindo o plenário desta Comissão, que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública, o senhor José Francisco Mallmann, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o Coronel Paulo Roberto Mendes, Comandante Geral da Brigada Militar (PM) do Estado do Rio Grande do Sul, o senhor Ricardo Ballestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública e o Senhor Paulo Vanucci, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

JUSTIFICAÇÃO

Pesquisa divulgada pelo Jornal Zero Hora no dia 16 de junho do corrente ano, mostra que 72,1% dos entrevistados rejeitam a política de combate à criminalidade que vem sendo desenvolvida pelos órgãos de segurança do Estado do Rio Grande do Sul.

A questão da segurança pública no país é o tema que mais preocupa a população, são policiais com baixa remuneração, com pouco treinamento, presídios com super lotação, armamento obsoleto, efetivos defasados tanto na policia civil como nas militares, e muitas vezes as ações de combate a criminalidade atingem ao cidadão que não tem envolvimento nenhum com crimes cometidos.

O Estado do Rio Grande do Sul no contexto nacional não é diferente. O problema de estrutura das polícias é do conhecimento de todos. Nos últimos tempos, as ações executadas pela policia militar (BM) tiveram repercussão nacional pela forma truculenta de atuação.

No Rio Grande do Sul sempre existiu rivalidade entre as policias civil e militar,isto não é de agora. São policiais denunciando policiais por estarem extrapolando suas funções. Policiais militares tem deixado pessoas presas nos plantões da policia civil pela demora destes últimos para realizarem as autuações. Por outro lado, policiais militares realizando tarefas de policia civil,

enfim, conflitos nos quais quem sai perdendo é a população.

Outra situação é a forma de atuação da polícia militar em relação as mobilizações de movimentos sociais – sem-terra, professores, desempregados, sindicalistas, novamente a questão social está sendo tratada como caso de polícia. Para executar ações de repressão, são mobilizados centenas de polícias militares, com grande gasto de recursos no deslocamento de efetivo de várias cidades do Estado, fragilizando o policiamento nestas localidades.

Nestas ações a truculência impera, pois, jornalistas e Parlamentares são impedidos de acompanhar a realização das operações. Em grandes mobilizações há uma orientação do comando da Brigada Militar que todas as pessoas devem ser identificadas.

Existem várias denúncias de humilhação sofrida pelos militantes por parte da BM. É difícil imaginar qual é a intenção de identificar de 400, 500 pessoas a fim de criminalizar manifestações sociais que são direito dos cidadãos brasileiros garantidas pela Constituição Federal. A não abertura de diálogo de parte das autoridades para com os manifestantes, em muitos casos acaba em atuação violenta da polícia militar.

Esta importante Comissão tem o dever de realizar esta audiência pública, para que estes fatos sejam discutidos pelos parlamentares, autoridades estaduais, e nacionais com o objetivo de evitar que ocorra uma tragédia maior, pois não podemos esquecer jamais do massacre de Eldorado do Carajás, onde a irresponsabilidade das autoridades ocasionou a morte de 19 pessoas.

Sala da Comissão, em

DEPUTADO ADÃO PRETTO PT/RS